



FEMINISMO NA POLITICA: Reflexões sobre as plataformas das candidatas maranhenses nas eleições de 2014¹

Mary Ferreira²

RESUMO

O movimento feminista brasileiro tem seu apogeu nos anos setenta e oitenta quando se articulam através de diversas organizações de mulheres envolvidas na luta pela democracia, na luta contra a ditadura, pelo retorno dos direito civis e políticos. Entre esses direitos se destacavam a luta pela cidadania e dignidade das mulheres em especial maior participação nos espaços de decisão. Apesar das conquistas e dos avanços visíveis da luta das mulheres, observa-se que há setores que se mantêm inalterado, desses, destaca-se os setores da política haja vista ser o Brasil um dos países com menor representação de mulheres no poder. A gravidade do problema está ainda no fato de que mesmo considerando a aprovação da Lei 9.504/97 que assegura a reserva de 30% e 70% de cotas por gênero para candidaturas em cada partido político e coligação, mesmo assim grande parte dos partidos brasileiros não conseguiu cumprir a Lei. Neste estudo nos propomos analisar a participação das mulheres nas eleições de 2014 e refletir sobre o olhar das mulheres envolvidas nas campanhas sobre as bandeiras históricas defendidas pelos movimentos feministas e como estas tem sido traduzida na ação política das campanhas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com dados coletados a partir de entrevistas cujos resultados nos permite avaliar se houve avanços da representação feminina, e refletir se as candidatas incorporaram as bandeiras defendidas pelo feminismo e como estas respondem a luta histórica das mulheres por igualdade de direitos, paridade, representação nos cargos de decisão, na luta contra a violência, na luta pelos direitos reprodutivos entre outras bandeiras históricas.

Palavras-Chave: Gênero e politica; Candidatas – Lutas feministas.

1 INTRODUÇÃO

O movimento feminista no Brasil através de suas diversas correntes tem seu apogeu nos anos setenta e oitenta quando se articulam através de diversas organizações de mulheres envolvidas na luta pela democracia, na luta contra a ditadura, pelo retorno dos direito civis e políticos. Entre esses direitos se destacavam a

¹ Este artigo foi construído a partir de dados colhidos na Pesquisa Mulheres política e poder no Maranhão: ação política de prefeitas e vereadoras e relações de gênero, financiado pelo CNPq/Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão, doutora em Sociologia UNESP/FCLAr. Ex-Presidente da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa Mulher e Relações de Gênero.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



2 A AÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA PARA A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

Os Movimentos Feministas no Brasil desde as décadas de sessenta e setenta lutam de forma efetiva para o aperfeiçoamento da democracia do Estado e da sociedade brasileira. Seu projeto de construção da igualdade de gênero e luta pela visibilidade das mulheres como sujeitos políticos e de direitos tem se efetivado em ações e embates políticos frente às organizações sociais entre as quais a família, a igreja, os partidos políticos, o judiciário.

Da ação das militantes emergem os primeiros grupos feministas no Brasil, que se localizaram inicialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Bahia irradiando posteriormente para outros do norte e nordeste e sul brasileiro. Os acontecimentos do Ano Internacional da Mulher decretado pela Organização das Nações Unidas em 1975 abre caminhos para refletir sobre as mulheres em variados contextos e ampliar a ação dos grupos pioneiros. Foi um ano marcante, pois, possibilitou visibilizar a presença das mulheres e a necessidade de refletir seus problemas a partir delas próprias.

A partir de então, o que se observou foi a instauração de um debate político que definitivamente retirou o véu que mantinha as mulheres invisíveis. Foi possível perceber as inquietações das mulheres de todos os continentes, da Europa à África, da América Latina à Ásia esse movimento foi capaz de promover uma revolução de ideias reconhecida por vários autores, a exemplo de Hobsbawm (1995), Bourdieu (1999), Santos (2001), Castells (2000).

No livro a Era dos Extremos, Eric Hobsbawm (1995, p.307) enfatiza que: “são inegáveis os sinais de mudanças significativas, e até mesmo revolucionárias, nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas, e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade”. Para esse autor o movimento feminista suscitava questões de interesse de todas as mulheres:

[...] essas questões se tornaram urgentes questões à medida que a convulsão social que esboçamos gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal. As mulheres foram cruciais

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas. (HOBSBAWM, 1995, 313).

Ao analisar o impacto dos movimentos sociais Castells (2000, p.172) chama a atenção para o movimento feminista que trouxe “uma poderosa onda de choque: o questionamento da heterossexualidade como norma”. Sua característica revolucionária e transgressora o tornou “um movimento social transformador, que desafia o patriarcalismo ao mesmo tempo em que esclarece a diversidade das lutas femininas e seus multiculturalismos”. (CASTELLS, 2000, p.210).

Como se vê a ação do movimento feminista é reconhecida pela sua capacidade de promover ideias que revolucionaram a cultura patriarcal em diferentes contextos. Para Casimiro (1999, p.10) as ideias feministas vieram “perturbar a harmonia do saber – social, científico, político – caucionado pelo paradigma científico dominante, androcático, ajudando a retirar o véu à neutralidade científica”.

A ação do movimento feminista é compreendida a partir de várias correntes de pensamento que, de uma forma ou de outra, estão sintonizadas em momentos históricos. Autoras como Saffiotti (1987), Scavone (2004), Ferreira (2007) reforçam essa ideia ao enfatizarem certa periodização modificada a partir da realidade de cada País em função das conquistas e avanços políticos conquistados pelas mulheres. Mesmo assim, observa-se “certo consenso entre essas autoras na identificação das principais correntes que, em resumo, podemos agrupar: feminismo sufragista, feminismo da igualdade, feminismo socialista, feminismo radical e feminismo da diferença e da pluralidade”. (FERREIRA, 2011, p. 4).

No Brasil, o feminismo é visto como um movimento político que atua em diferentes campos. Sua ação efetiva na luta pela redemocratização do País e na luta pela igualdade de gênero é reconhecida pelo Estado e pela sociedade, fato consubstanciado na criação de órgãos de políticas de igualdade de gênero que hoje é uma realidade em todos os estados da federação. Além disso, a elevação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres em 2002 que passou a ter status de Ministério contribuiu para que as políticas para as mulheres sobreviessem a ter uma maior dimensão através de orçamentos mais condizentes com a realidade.

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



3 REPRESENTAÇÃO FEMININA E PARIDADE: as dificuldades das mulheres em construir a igualdade nos Estados democráticos

Para compreender a exclusão das mulheres, é importante voltar o olhar para a organização da vida pública e da vida privada. No mundo público estão os detentores do poder, são eles que têm o domínio sobre a economia, sobre a política, sobre o Estado, sobre a vida social. O mundo público é o espaço do discurso, da fala, da interlocução. É nele que os homens demarcam seus domínios.

O mundo do privado por sua vez é o local onde as mulheres exercem seus domínios (relativos). É lá que expressam desejos e inquietações, tanto nas conversas familiares como nos espaços eruditos, quando cantam, declamam, expõe ideias triviais sobre fatos corriqueiros. É nesses locais que realizam as atividades domésticas: cozinhar, passar, cuidar das crianças e dos idosos. É o local onde as mulheres dedicam grande parte de seu tempo – e muitas delas a maior parte. Este fato contribui para que as mulheres em geral envolvidas com jornadas de trabalhos exaustivas, presas as tarefas domésticas, não lhes sobre tempo para participar da vida pública. Sua presença ainda pouco representativa nos partidos, sindicatos e organizações políticas reflete o seu não reconhecimento como sujeito político.

É importante considerar que sua ausência retrata a visão patriarcal que prevalece nas organizações políticas, que não construíram formas de garantir a presença e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Para Ferreira (2004, p.9):

A ausência das mulheres nesses espaços representativos da sociedade reflete na formação das mentalidades e no sentimento de inferioridade incorporado pela própria mulher e pelos demais sujeitos sociais. A partir desses espaços é possível perceber como essas distinções entre o que é “permitido” e o que é “negado”, que perpassam toda a sociedade patriarcal, são invisíveis e fazem com que as mulheres encontrem dificuldades para romper com este “destino determinado” que as exclui de participar da vida pública.

Ao longo da construção da democracia no Brasil, as mulheres desenvolveram diversas estratégias de participação, desde a luta pelo sufrágio, no final do Século XIX – conquista que se efetivou em 1932 no governo de Getúlio Vargas – até o pensamento e protagonismo de lutas intensas que perpassaram o Estado Novo, nas décadas de trinta e quarenta, se intensificaram na luta contra a

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



ditadura militar, durante as décadas de sessenta e setenta, e se massificaram nos anos oitenta, na luta pela redemocratização do país, que tinha como horizonte as eleições diretas, a liberdade de expressão e a liberdade de organização política.

No processo de redemocratização do Brasil, notadamente durante toda a década de oitenta, a ação dos movimentos feministas foram expressivas no sentido de questionar e pressionar o Estado democrático que estava em construção. Dessas lutas, disputas e conquistas foi possível avançar na construção de estruturas públicas que possibilitaram visibilizar a luta das mulheres por direitos e igualdade, porém, em termos de direitos políticos as conquistas foram ínfimas. Os dados da representação política das mulheres se mantêm praticamente inalterados nas últimas décadas. Somos pouco mais de dez por cento de mulheres nos cargos eletivos.

3.1 Representação das mulheres na política brasileira: dados para pensar a realidade

A X Conferência Mundial de Mulheres promovida pelas Nações Unidas – ONU ocorrida na China em 1995, trouxe para o debate político a desigualdade de gênero nos cargos de decisão. Na maioria dos países as mulheres representavam pouco mais de 12% naquele momento. Esse problema levou os participantes a aprovar medidas e deliberar que a partir daquele ano todos os países membros das Nações Unidas deveriam criar mecanismos de construção da igualdade de gênero na política. As deliberações da X Conferência Mundial contribuíram para em que duas décadas a representação feminina nos espaços de poder tenha ampliação consideravelmente conforme demonstram os indicadores na Suécia (45,8%), Finlândia (39,9%), Noruega (38,1%) Dinamarca (38,0%), Bélgica (36,3%), Espanha (35,4%) e Portugal (25,0%).

Essas mudanças também se efetivaram na África, em que se destaca Ruanda, com a maior representação feminina no mundo (média de 52,5%). Em seguida vem Moçambique, que é o 14º a nível mundial, com 39,2%; depois Timor-Leste (38%), África do Sul (36,8%), Angola (36,8%), Cabo Verde (20,8%) e São



Tomé e Príncipe (18,2%). Todos superam o Brasil, que tem menos de 10% de mulheres no parlamento.

Na América Latina, onde se destacam Costa Rica, com 37,0%, e Argentina, com 36,8% de mulheres no legislativo, o Brasil está nos últimos lugares, abaixo de países como Equador (25,5%), Peru (24,1%), Nicarágua (23,9%), Bolívia (20,4%), Chile (14,2%) e Uruguai (12,4%), cuja presença de mulheres em cargos de decisão ampliou consideravelmente nos últimos dez anos.

Quadro I – REPRESENTAÇÃO FEMININA NO BRASIL – 1995-2015

PERÍODO LEGISLATIVO	DEPUTADAS	DEPUTADOS	TOTAL
2011/2015	45	468	513
2006/2010	45	468	513
2003/2006	42	471	513
1999/2002	28	485	513
1995/1998	34	479	513
Fonte: Pesquisa Mary Ferreira (2013)			

No Brasil, poucas mudanças podem ser computadas. Ao avaliar o número de mulheres eleitas na Câmara Federal nos últimos 20 anos, conforme quadro I, observamos que apenas 194 mulheres foram eleitas num universo de 2.859 homens, ou seja, o Brasil não conseguiu como na maioria dos países da Europa, África e América Latina, elevar o número de mulheres em cargos de decisão.

Na última legislatura, São Paulo foi o estado que elegeu o maior número de deputadas federais (cinco deputadas). No Maranhão, assim como em grande parte dos estados, foi eleita apenas uma deputada federal. Ao refletir sobre esses dados, muitas questões vêm à tona buscando uma explicação plausível para o problema da sub-representação feminina. Por que, no Brasil, as desigualdades de gênero na esfera política são tão acentuadas? Ao mencionar a expressão desigualdade, nós a compreendemos como um conceito que se opõe a outro: igualdade, que se subentende como inexistência de desvios sob determinado ponto de vista, entre dois ou mais elementos comparados, sejam objetos, indivíduos ou ideias. É, portanto, um

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



termo que nos permite entender que alguém é desigual em relação a outro em uma determinada situação ou contexto. Desse modo, podemos enfatizar, então, que as mulheres brasileiras são desiguais aos homens na esfera pública, em virtude de ainda não terem conseguido alcançar patamares que as igualem aos homens nos campos de decisão política.

Ao abordarmos a questão da igualdade, percebemos que, no mundo em que vivemos, não somos iguais. Alguns exemplos podem ser apresentados ao longo deste texto para ilustrar essa assertiva. Não somos iguais no mundo do trabalho, no mundo da política. Não somos iguais porque uns podem ir ao teatro e outros, não. Não somos iguais porque uns andam de automóvel, outros de ônibus, ou porque uns têm três carros e outros, somente uma bicicleta. (FERREIRA, 2013). Esses exemplos podem ser compreendidos a partir das questões de classe social.

E as desigualdades no mundo da política? Por que no Brasil poucas mulheres entram na política para concorrer a cargos eletivos? A partir da compreensão sobre desigualdade de classe, observamos que, dela, outras desigualdades são decorrentes: desigualdades culturais e desigualdades de gênero. As desigualdades culturais, tão bem estudadas por Pierre Bourdieu (2003), são consideradas pontos demarcadores na compreensão da exclusão e isso se percebe pela forma como mulheres e homens foram educados e socializados.

Para entender a desigualdade de gênero na política brasileira, há de se voltar o olhar para o processo educativo implantado no Brasil desde a república, que não se preocupou de pensar políticas educacionais que pudessem alterar a visão patriarcal da sociedade brasileira. A educação, a escola e o processo educativo têm grande importância na naturalização dos processos de exclusão. Isso porque a educação é um ato político e seu fazer não é inócuo. Ao contrário, é comprometido e serve para formar a personalidade das pessoas, transmitir valores, determinar proibições, enfim, modelar identidade. Por isso, a educação de gênero no Brasil deve ser repensada no sentido de desconstruir os modelos patriarcais ainda em voga no país.

A mentalidade patriarcal impregnada na cultura brasileira tem sido um dos fatores responsáveis pela subordinação das mulheres e sua invisibilidade política.

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Essa mentalidade patriarcal reforçada pelos estereótipos tem estigmatizado as mulheres de diversas formas: com a maternidade e fragilidade; por conta de sua forma de olhar o mundo por outros prismas; pela sua forma de se expressar; pelo tipo de atividade que desenvolve, para o qual, em geral, não é dado o devido valor e importância – fato que se reflete nos salários diferenciados ou nas profissões femininas consideradas desvalorizadas.

Os estereótipos, por sua vez, criaram dualidades que estigmatizaram mulheres e homens em modelos reforçados pela cultura patriarcal. São esses estigmas que as descaracterizam para a entrada na política, considerado um lugar de poder que se constitui por intermédio de disputas pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade de um grupo social.

Esse campo é entendido por Bourdieu (1989, p.164), ao mesmo tempo, “como campo de forças e campo das lutas” e não está estanque de outros campos, tendo em vista que os espaços de poder não estão isolados de outras esferas.

A transformação nessa área se efetiva, segundo Ferreira (2010), a partir do debate político, da ação, da pressão, da negociação, mediado pelo discurso onde as relações de poder e relações de gênero estão presentes como em um campo de disputas e, muitas vezes, como um “campo de batalha”, em que vencerão aqueles que melhor articularem os discursos e aqueles que têm melhor capacidade de negociar.

As mulheres, em geral, não são representadas como sujeitos autônomos, dotadas de qualidades e competências capazes de transformar os processos sociais. Nesse sentido, romper com as armadilhas da invisibilidade das mulheres no campo social e político têm sido uma preocupação dos estudos de gênero e feministas, por entender que as relações de poder se estabelecem entre as diferentes posições sociais que garantem suficiente força aos sujeitos da ação política.

Tais ações são consequências de suas vivências e práticas políticas, que não estão dissociadas das estruturas sociais construídas a partir das relações de poder e das relações de gênero que se estruturam na vida pública e privada, que geram e unificam as práticas a partir de ideologias impregnadas nos corpos, nas mentes e nas estruturas sociais. Essas ideologias nascem no seio da família e se reproduzem na sociedade por

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



meio da cultura e de vários mecanismos cotidianamente vivenciado por mulheres e homens, independentemente de sua classe social e etnia.

4. O OLHAR DAS MULHERES CANDIDATAS E ELEITAS SOBRE O FEMINISMO E AS BANDEIRAS FEMINISTAS

Considerado importância do feminismo para transformar as relações de gênero e poder. O feminismo fundamentou-se em uma filosofia que buscou a ocupação de espaços públicos como estratégia de mudanças das relações de gênero. A ocupação dos espaços públicos se justifica em virtude da necessidade de transformar as relações de poder e denunciar a situação de opressão que tem sujeitoado as mulheres durante séculos e que tornou invisíveis ações de rebeldia e qualquer tipo de ação política.

Para compreender as imbricações existentes entre relação de gênero e poder, é importante demarcar gênero como categoria analítica que, por ser relacional, atribui à construção social dos sexos biológicos uma dimensão cultural. Ao discutir as questões das mulheres como questões de gênero, desconstruem-se e desnaturaliza-se o sexo como determinista da opressão das mulheres para afirmar que a desigualdade e a opressão são construídas nas estruturas sociais que, ao longo da história, excluíram mulheres, negros, pobres e todos aqueles que não se enquadravam no mundo iluminado pela visão patriarcal.

A partir deste contexto buscamos investigar as mulheres candidatas a Câmara Federal e Estadual maranhense a fim de compreender os significados do feminismo e se este movimento refletia de alguma forma nas campanhas dessas mulheres para que se pudesse avaliar até que ponto as questões de gênero estavam presentes em suas práticas políticas.

Ao questionar a então candidata pelo PPS Elisiane Gama, eleita deputada federal sobre sua visão do feminismo esta enfatizou que considerava um movimento muito importante, para o avanço e conquistas das mulheres. Esse movimento permitiu que as mulheres se emancipassem. Mas para a deputada é preciso ampliar mais essas conquistas:



Se analisarmos 40, 50, 100 anos atrás vamos perceber que nós evoluímos muito, mas se a gente pega, por exemplo, um recorte atual e faz um comparativo da mulher com o homem na política, por exemplo, vamos ver que ainda estamos muito aquém daquilo que a gente precisaria estar. Considero que as mulheres como movimento social é fundamental, mas não podemos mais nos fechar em nós. Precisamos entender que a conscientização não é pra dentro a conscientização é pra fora, a conscientização é para o homem e esse é um pensamento que nós mulheres precisamos ter logo no primeiro momento, se a gente tem esse pensamento da amplitude, nós vamos conseguir sem sombra de dúvidas um resultado diferenciado. (GAMA, 2014)

Observamos que a deputada tem plena clareza da importância do movimento feminista de suas lutas e conquistas, porém considera que o movimento deve criar mecanismos de incluir os homens no processo de conscientização, esse ponto é bastante questionável pelas feministas brasileiras.

A candidata Valdimeire Melo Corrêa pelo PDT foi mais além ao falar do feminismo. Considerou de fundamental importância, radicalizar as lutas feministas como, por exemplo:

[...] a luta pelo direito ao aborto legal, que querem cassar. Há propostas para isso, as propostas visam retirar mesmo os abortos cujas mulheres engravidaram em consequências de estupro. Eu acho um absurdo! A liberdade do corpo, como feminista que sou, defendo a igualdade de você ter uma vida sexual plena sem que os homens pensem que você é vagabunda por isso, mas uma liberdade sexual com responsabilidade sem que nós mulheres possamos parecer com os homens. Liberdade sem nos confundir com vadias, isso sobre hipótese alguma, mas uma liberdade de corpo responsável mesmo em igualdade com os homens.

Ao questionar sobre as bandeiras de luta que estaria defendendo em suas campanhas em especial em defesa da igualdade de gênero ou se conseguiam defender as bandeiras do feminismo em suas campanhas. As duas candidatas enfatizaram que suas bandeiras de luta em relação a mulher, é criar políticas públicas que facilitem e viabilizem o tempo da mulher para participar da política.

[...] eu penso que os partidos políticos precisam desenvolver plataformas de formação de mulheres dentro do próprio partido para que a gente comece a ocupar esses espaços de poder e começar a despontar na política. Uma plataforma que eu defendo para as mulheres é que o município crie estruturas de lavanderias públicas para que as mulheres tenham mais tempo na zona rural, por exemplo. Também indico a criação de espaços de tecnologia para que chegue até as mulheres, quando eu falo em tecnologia estou falando de máquina de lavar, que lava e seca, de modo que a gente tenha tempo para participar dos movimento políticos, a chegada de

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



tecnologia tanto na utilidade doméstica, como de computadores, internet, nas escolas e também eu defendo, igualmente que nas escolas seja inseridas a disciplina que se voltem de modo específico para despertar desde a criança do primeiro grau, logo no início a importância de participar da política, e da importância que a mulher tem nesse campo de batalha.

A deputada eleita Eliziane Gama enfatizou que o maior mote de sua campanha é o combate à violência de gênero que em seu entendimento precisa ser prioridade nesse momento, pelo alto índice de violência contra a mulher. Os indicadores segundo a deputada mostram que mais de 50% das mulheres já sofreram algum tipo de violência. Desse modo, considera que é necessário que o problema seja mais focado por esta razão este será o principal foco de seu mandato. Outro ponto mencionado pela deputada foi a questão da Lei Maria da Penha que foi um divisor de águas na sociedade, mas considera que:

[...] as várias decisões judiciais que aconteceram ao longo da história a partir da efetivação dessa lei, acabaram criando jurisprudência, que precisamos reformular para que possamos ter uma efetividade da aplicação dessa Lei. Vamos fazer um estudo imediato logo que chegarmos à Câmara Federal, ao mesmo tempo vamos trabalhar também com a questão de cotas ela é importante, é emergencial, não pode ser uma ação continuada, mas, ela precisa acontecer. Hoje no Brasil, por exemplo, nós temos o estabelecimento da cota de 30%, mas somos apenas 10% de mulheres participando. Precisamos trabalhar de forma paritária, eu vou defender a paridade estabelecendo cota de 50% para cada sexo pra ver se a gente consegue ampliar a participação das mulheres.

A deputada mencionou ainda a necessidade de trabalhar a questão das campanhas educativas, para combater o preconceito contra as mulheres que acontece muitas vezes dentro de casa, às vezes pelo pai, pelo marido, pelo irmão, pelos homens que estão ao seu redor. Esse trabalho de conscientização também precisa acontecer e eu vejo que o poder legislativo tem um papel fundamental e preponderante nesse debate. “Em princípio eu coloco essas três bandeiras como uma ação mais imediata, mas eu acho no meu caso como deputada federal todas as minhas ações estarão sempre levando em consideração a questão da participação da mulher nas políticas públicas do País” enfatiza Eliziane Gama.

CONCLUSÕES



Como se vê as candidatas entrevistadas estão inteiradas das bandeiras do feminismo, ambas têm propósito e projetos de continuar trabalhando para que as questões de gênero possam ser vistas como questões políticas.

Mudar o quadro de representação política no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais brasileiro é parte do projeto democrático. Essas mudanças garantem não somente justiça social e legitimidade do sistema político, mas também maior articulação dos interesses de mais da metade da população brasileira. Ao fazer parte do poder, as mulheres terão maior capacidade de interferir na raiz do domínio patriarcal na vida pública, o que certamente incidirá sobre a vida privada.

Para tanto, urge aprovar a Reforma Política que deverá incidir sobre o atual quadro partidário. Nessa reforma, vislumbram-se mudanças substanciais que, se efetivadas, irão acelerar as mudanças que as mulheres almejam e que a sociedade precisa.

Superar a sub-representação da mulher na política brasileira e garantir a paridade entre os gêneros passa, obrigatoriamente, por mudanças no sistema político brasileiro, agregado à implantação de um projeto de educação de gênero e implantação de uma política cultural que interfira nas estruturas no sentido de transformar as mentalidades conservadoras que, ao longo da história, têm subordinado as mulheres a papéis secundários.

REFERÊNCIAS

CASIMIRO, Isabel Maria Alçada Padez Cortesão. **Paz na terra, guerra em casa:** feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. Dissertação de Mestrado. Coimbra, 1999. 304 f.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.311 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530p.

CORRÊA, Valdimeire Melo. Candidata a Deputada Eederal pelo PDT nas eleições de 2014. Entrevista realizada por Mary Ferreira em 2 de outubro de 2014.

FERREIRA, Maria Mary. **As caetanas vão à luta:** feminismos e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2007

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas

